



**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 7/2017, em que é recorrente **Arlindo dos Reis Teixeira** e recorrido o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 25/2018

### I - Relatório

1. **Arlindo dos Reis Teixeira**, arguido que se encontrava em regime de prisão preventiva, não se conformando com a decisão da Venerando Juíza Conselheira, proferida a 28 de julho de 2017, que elevava o prazo de prisão preventiva de vinte e dois para vinte e quatro meses, com o Acórdão n.º 51/2017, de 28 de julho, através do qual o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça prorrogou o limite daquele prazo para vinte e oito meses, sem que, na perspetiva do recorrente, estivessem reunidos os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 279.º do CPP; com a alegada indevida dilação na decisão da reclamação do acórdão n.º 46/2017, 4 de julho, proferido, pelo Supremo Tribunal de Justiça, no âmbito do recurso n.º 185/2016, veio apresentar o presente recurso de amparo, em que roga ao Tribunal Constitucional que, ao abrigo do disposto nos artigos 11.º e 14.º da Lei do Amparo Constitucional, adote urgentemente as seguintes medidas provisórias:

*“Decrete a imediata libertação do Arguido Arlindo Teixeira em virtude do seu Direito Fundamental à Liberdade estar a ser violado tanto pelo Supremo Tribunal de Justiça, por manifesto desrespeito ao n.º 3 do artigo 261º do CPP, posto que não se verifica os pressupostos da aplicação dessa medida extrema de coação, pois, a manutenção do arguido preso para além do prazo previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 279º afigura-se excessivamente gravosa para o arguido, sendo certo que as sequelas dessa prisão são danos de difícil reparação, como referido nos artigos 11.º e 14.º da Lei do Amparo Constitucional;*

*Decrete a imediata libertação do Arguido Arlindo Teixeira em virtude do seu Direito Fundamental à Liberdade estar a ser violado pelo Supremo Tribunal de Justiça, posto que*

*nem a primeira elevação do prazo de prisão preventiva operada pelo Despacho da Sr.ª Venerando Juíza Relatora, nem a segunda elevação do prazo operada pelo Acórdão n.º 51/2017, de 28 de julho, preenchem os requisitos estatuídos no n.º 3 do artigo 279.º do CPP.*

Mais requereu que o Tribunal Constitucional:

*Decrete que a Secção Crime do STJ deva, em 15 dias, que é o prazo estatuído no n.º 2 do artigo 137.º do CPP, decidir a reclamação apresentada pela defesa no dia 10 de julho de 2017, referente ao Acórdão n.º 46/2017, de 4 de julho, proferido no âmbito do recurso n.º 185/2016, pois essa indevida dilação da decisão comporta uma violação ao direito do arguido ter acesso à justiça mediante um processo justo e equitativo e dentro de um prazo razoável, tal como previsto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 22.º da Constituição da República.*

2. O presente recurso deu entrada, na Secretaria desta Corte, no dia 07 de agosto de 2017 e foi registado sob o n.º 7/2017.

3. Por ordem do Juiz Conselheiro-Relator, foram solicitados e encontram-se juntos aos autos os seguintes documentos:

O Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 46/2017, de 4 de julho; o Despacho proferido pela Veneranda Juíza Conselheira-Relatora, com data de 25 de maio de 2017, que elevou, pela primeira vez, o prazo de prisão preventiva para 24 (vinte e quatro) meses; o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 51/2017, de 28 de julho; o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 59/2017, de 9 de agosto; a reclamação/clarificação do acórdão e suprimento de nulidades e inconstitucionalidades patentes no acórdão n.º 46/2017, e a informação sobre a data em que a providência de *habeas corpus* n.º 24/17 foi requerida.

4. O Plenário desta Corte, por Acórdão n.º 19/2017, de 5 de outubro, ordenou que o recorrente fosse notificado para, querendo, e no prazo máximo de dois dias, sob pena de rejeição do recurso: “ *Ampliar o seu pedido primitivo nos termos e limites fixados neste Acórdão; expor resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido; esclarecer se a repetição do pedido de amparo contra a alegada omissão de decisão da reclamação do Acórdão n.º 46/2017, de 4 de julho, proferido no âmbito do recurso n.º 185/2016, é real ou aparente.*”

5. O recurso em apreço foi admitido para a apreciação do mérito através do Acórdão n.º 24/2017, de 9 de novembro de 2017, entretanto, notificado ao recorrente através do seu mandatário, no dia 16 de novembro de 2017.

6. Inconformado com a decisão a que se refere o parágrafo antecedente, em 20 de novembro de 2017, veio, por via da peça constante de fls. 249 a 296, submeter à apreciação do Coletivo as seguintes questões:

a) *Alteração com Ampliação do pedido - N.º 2 do Artigo 249 do CPC- Ocorrência Superveniente de um Facto Relevante;*

b) *Reclamação e Pedido de Suprimento de Nulidade Contra o Acórdão do Tribunal Constitucional N.º 24/2017 - Adoção Urgente de Medidas provisórias – Artigos 629.º, 644.º e 575.º a 579 do CPC, em conjugação com os Artigos 13.º; 14.º e 15.º da lei do Recurso de Amparo.*

7. A entidade recorrida foi notificada para se pronunciar sobre o Acórdão que admitiu o recurso, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 18º da Lei de Amparo e do *Habeas Data*, mas não se manifestou.

8. Dando seguimento à tramitação processual, e ao abrigo do artigo 20.º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República foi notificado para, querendo, emitir parecer sobre o mérito do recurso, tendo-o feito, concluiu, sucintamente, que “*o presente recurso deve ser considerado improcedente por não terem sido violados os princípios constitucionais fundamentais e suscetíveis de amparo invocados no recurso.*”

9. Antes do agendamento do julgamento do presente recurso, foi julgado o Recurso de Amparo n.º 03/2017, interposto pelo mesmo recorrente, sendo o seu objeto parcialmente coincidente com o deste recurso, mais precisamente na parte que diz respeito à alegada violação do direito à liberdade sobre o corpo, através de vulneração da garantia de presunção de inocência. E nesse julgamento, o Tribunal Constitucional, através do Acórdão n.º 8/2018, de 25 de abril de 2018, adotado por maioria dos seus Juízes, considerou que tanto o direito à liberdade sobre o corpo como o de ser julgado no mais curto espaço de tempo foram violados pelo Acórdão recorrido e determinou que a entidade recorrida promovesse a sua

libertação, ficando a seu critério a aplicação de outra medida de coação enquanto os outros recursos interpostos relativamente aos mesmos factos tramitassem no Tribunal Constitucional.

**10.** Na sequência desse aresto, o Supremo Tribunal de Justiça mandou colocar o arguido em liberdade, ao mesmo tempo que o sujeitou à interdição de saída do país, medida de coação não privativa de liberdade, enquanto estiverem pendentes nesta instância outros recursos por ele interpostos.

**11.** Em 27 de novembro de 2018 o projeto de Acórdão foi depositado na Secretaria e o respetivo julgamento realizou-se no dia 29 de novembro do mesmo ano.

## **II – Questões Prévias**

Antes de se pronunciar sobre as duas questões colocadas pelo recorrente, e, que se configuram como prévias ao conhecimento do mérito, reafirma-se a orientação constante do Acórdão n.º 6/2017, de 21 de abril, publicado no Boletim Oficial I Série, n.º 27, de 16 de maio de 2017, no sentido de que o relator mantém o poder decisório monocrático enquanto o processo estiver sob sua custódia e não na do Tribunal, o que acontece somente a partir do momento em que se procede ao depósito do projeto do Acórdão na Secretaria. Todavia, poderá dele prescindir em situações justificadas, remetendo a decisão para o coletivo no momento em que se decide o mérito. No caso *sub judice*, o relator não se pronunciou sobre as questões prévias imediatamente à apresentação da reclamação, tendo-as relegado para o julgamento, porque entendeu que o seu diferimento não afetava o direito à liberdade sobre o corpo, uma vez que o recorrente já não se encontrava em prisão preventiva.

**1.** No âmbito da reclamação apresentada contra o Acórdão n.º 24/2017, de 9 de novembro, o recorrente pediu que fosse declarada a inutilidade superveniente do pedido de amparo relativamente à alegada omissão da *reclamação contra o Acórdão n.º 46/2017, de 4 de julho, proferido pelo Supremo Tribunal de Justiça, porquanto, o Tribunal a quo, através do Acórdão n.º 64/2017, de 26 de outubro de 2017, tinha decidido a suprarreferida reclamação.*

O Tribunal Constitucional, através do Acórdão n.º 7/2017, 25 de maio, publicado no Boletim Oficial I Série, n.º 42, de 21 de julho 2017, havia pronunciado sobre a inutilidade superveniente da lide, tendo fixado o seguinte entendimento: “*No fundo, para que o Tribunal, em sede de processo constitucional, viesse a considerar a inutilidade*

*superveniente de um processo em situação terminal ter-se-ia que estar praticamente perante cenário de ausência de qualquer interesse institucional ou social na prolação da decisão, por exemplo porque o Tribunal já apresentou de forma consistente a sua posição sobre a mesma matéria ou porque ela não tem qualquer impacto social, sendo questão meramente académica ou, de per se, marcada por notória vetustez.”*

Donde se conclui que, excecionalmente, o Tribunal poderá aceitar a verificação da inutilidade superveniente de um pedido de amparo nos casos em que haja esvaziamento do pedido que incida sobre uma conduta omissiva de vulneração de direito, liberdade e garantia e perda de interesse público objetivo no tratamento de uma determinada questão a envolver posições jurídicas fundamentais.

No caso em análise, evidenciam os autos que o Acórdão 64/2017 do Supremo Tribunal de Justiça pronunciou-se sobre a reclamação do recorrente, portanto o amparo que o Tribunal podia conceder-lhe ficou completamente esvaziado. E, além disso, um eventual pronunciamento, nesta fase, sobre a presunção de inocência do arguido que foi violada pela afetação do direito à liberdade sobre o corpo na decorrência da aplicação da prisão preventiva, seria uma mera reiteração do que já se assentou por meio do Acórdão 8/2018 desta Corte, proferido no âmbito do Recurso de Amparo n.º 3/2017. Por conseguinte, não se vislumbra qualquer interesse objetivo, nomeadamente ligado à definição de âmbitos normativos do direito, que justifique que o Tribunal se pronuncie sobre esta parte do pedido.

**2.** Notificado do Acórdão que admitiu o recurso de amparo para a apreciação do seu mérito, mas não se conformando com a parte relativa à adoção de medidas provisórias, entendeu por bem apresentar uma reclamação em que pede o *“Suprimento de Nulidade do Acórdão do Tribunal Constitucional N.º 24/2017- Adopção Urgente de Medidas provisórias – Artigos 629.º, 644.º e 575.º a 579 do CPC, em conjugação com os Artigos 13.º; 14.º e 15.º da lei do Recurso de Amparo,”* com base no n.º 1 do artigo 577.º do CPC, que se aplica aos Acórdãos, por força do disposto no artigo 629.º, do artigo 643.º, n.º1 e artigo 644.º do CPC, por remissão da Lei do Amparo.

Na verdade, este Tribunal, mediante o Acórdão n.º 9/2018, de 03 de maio, publicado Boletim Oficial I Série n.º 35, de 6 de junho de 2018, considerou que os Acórdãos do

Tribunal Constitucional são passíveis de reclamação e podem ser objeto de pedido de declaração de nulidade.

Portanto, não se levanta nenhum problema quando ao objeto do pedido, legitimidade do requerente ou oportunidade do mesmo.

Acontece, porém, que o requerente se equivocou quando afirmou que o Tribunal Constitucional não se pronunciou sobre o pedido para a adoção de medidas provisórias.

O Tribunal Constitucional, por meio do Acórdão n.º 24/2017, apreciou o referido pedido, tendo-o indeferido, como se pode constatar pela leitura da transcrição integral da parte do Acórdão que se pronunciou sobre o pedido para a adoção de medida provisória:

#### **“Medida Provisória**

*O recorrente/requerente pede que seja adotada medida provisória que se traduz na sua libertação imediata, alegando a falta de pressuposto para a elevação do prazo de prisão preventiva.*

*A apreciação deste requerimento deve começar pelo reconhecimento de que a prisão preventiva é uma medida de coação pessoal de última ratio cujos pressupostos para sua revogação e substituição são os previstos no artigo 278.º do Código de Processo Penal: “As medidas de coacção pessoal serão imediatamente revogadas, por despacho do juiz, sempre que se verificar terem sido aplicadas fora das hipóteses ou das condições gerais previstas na lei ou terem deixado de subsistir as exigências cautelares que concretamente justificaram a sua aplicação.”*

*O Acórdão que elevou o prazo de prisão preventiva e, por conseguinte, manteve a privação da liberdade do requerente, baseou-se, essencialmente, na complexidade do processo e na necessidade da manutenção da medida.*

*Todavia, entende o requerente que o processo se afigura simples, nada complexo e de fácil decisão.*

*A análise de um requerimento em que se pede a libertação imediata de alguém no âmbito do recurso de amparo não pode ir além de uma summaria cognitio da alegação e prova da verosimilhança do direito que se pretende tutelar, o que se traduz na demonstração da*

*aparência de realidade do direito ou probabilidade séria da sua existência (fumus boni juris), bem como a prova sumária sobre o perigo que possa resultar da demora na concessão da tutela definitiva (periculum in mora).*

*Considerando a natureza do amparo que se requer nos presentes autos, não parece que seja de estimar que o recorrente tenha demonstrado suficientemente a aparência do direito alegado, nem que o Tribunal possa pronunciar-se sobre o requerimento antes de decidir do mérito da petição de recurso. Isto porque o deferimento ou indeferimento desse requerimento depende do pronunciado sobre a verificação da invocada complexidade para a elevação do prazo de prisão preventiva.*

*Não deixa de ser verdade que a complexidade processual é, nos termos do n.º 2 do artigo 279.º, fundamento para a prorrogação dos prazos da prisão preventiva.*

*Todavia, um pronunciamento sério e responsável por parte do Tribunal sobre esta problemática requer uma análise exhaustiva do processo no âmbito do qual o recorrente foi julgado e condenado.*

*Reitera-se que neste momento não há certeza quanto à inviabilidade de concessão do amparo requerido, por se tratar de um pedido com base numa omissão de pronúncia e numa alegada violação do direito à obtenção de uma decisão em prazo razoável. Por isso, o Tribunal Constitucional precisa analisar todos os elementos que lhe permitam pronunciar-se sobre a natureza e a complexidade dos pedidos e do processo em si, sem descurar a avaliação da conduta processual do recorrente, de outros intervenientes processuais e outros elementos que o órgão recorrido entenda por bem colocar à sua consideração.*

*É, por conseguinte, absolutamente indispensável saber, no quadro do poder de cognição que a Constituição atribui a esta Corte, se a complexidade invocada se verifica no caso concreto e se tal complexidade justificava a prorrogação do prazo de prisão preventiva.*

*Por outro lado, a condição sine qua non para a revogação das medidas de coação é a verificação, entenda-se, convicção de que estas foram aplicadas fora das hipóteses ou das condições gerais previstas na lei ou ter deixado de subsistir as exigências cautelares que concretamente justificaram a sua aplicação.*

*Está suficientemente demonstrado que ainda não se pode afirmar convictamente que a prisão preventiva do requerente foi decretada fora das condições acima referidas. Consequentemente, indefere-se o pedido.”*

Reconhece-se ao requerente a legitimidade para discordar da decisão, mas não lhe assiste o direito de imputar, infundadamente, a este Corte a omissão de pronúncia em relação a parte do seu pedido.

Por outro lado, tendo o Tribunal Constitucional, através do Acórdão n.º 8/2018, de 25 de abril de 2018, determinado que a entidade recorrida promovesse a libertação do requerente, ficando a seu critério a aplicação de outra medida de coação enquanto os outros recursos interpostos relativamente aos mesmos factos tramitassem no Tribunal Constitucional; tendo o Supremo Tribunal de Justiça mandado colocar o recorrente em liberdade, ao mesmo tempo, que o sujeitou à interdição de saída do país, conforme o despacho constante de fls. 1477 dos autos do Recurso Crime n.º 185/2016, conseguiu o objetivo que pretendia alcançar através do pedido para a adoção da medida provisória.

Pelo exposto, não se pode estimar o pedido da declaração de nulidade do Acórdão na parte relativa à adoção de medida provisória, o qual se tornou inútil face à superveniência da decisão constante do Acórdão n.º 8/2018, de 25 de abril de 2018.

### **III – Fundamentação**

1. Ultrapassadas as questões prévias, o desafio que se nos coloca agora é, tendo em conta a responsabilidade indeclinável desta instância em escrutinar as condutas alegadamente violadoras dos direitos fundamentais, decidir se o direito à liberdade do recorrente foi violado pela conduta do Tribunal *a quo*.

É a própria Constituição da República, como não podia deixar de ser, que, primacialmente, considera como direitos sujeitos ao regime de direitos, liberdades e garantias, todos os que se encontram na Parte II, Título II da Constituição da República, e, por força do artigo 26.º da Lei Fundamental, qualquer outra norma dispersa pelo texto constitucional que preveja posições jurídicas fundamentais com carácter de direito, liberdade ou garantia e as análogas, bem como as eventuais normas com a mesma textura recebidas por via de uma das cláusulas de abertura do sistema de direitos fundamentais. (Cf. Acórdão nº 11/2017, 22 de junho)



A fundamentalidade e amparabilidade do direito à liberdade sobre o corpo ficaram patentes no Acórdão n.º 24/2017.

Com efeito, nos termos do artigo 29.º da Constituição, proclama-se que o direito à liberdade é inviolável, para no artigo seguinte se garantir que todos têm direito à liberdade e segurança pessoal; que ninguém pode ser total ou parcialmente privado da liberdade, a não ser em consequência de sentença judicial condenatória pela prática de atos puníveis por lei com pena de prisão ou de aplicação judicial de medida de segurança prevista na lei.

2. Contudo, o direito à liberdade sobre o corpo, à semelhança dos demais direitos fundamentais, não obstante tributários de proteção reforçada assegurada pela Lei Fundamental, não têm caráter absoluto. Pois, é a própria Constituição da República que, expressamente, prevê os casos em que tais direitos podem ser restringidos, sendo a validade de toda e qualquer restrição aferida à luz dos requisitos previstos, essencialmente, no n.º 5 do artigo 17.º da Constituição, referenciados e desenvolvidos em sucessivos arestos desta Corte.

Uma das situações em que a Constituição permite que o direito à liberdade sobre o corpo possa ser afetado é aquela que se encontra descrita nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Mãe: *“exceptua-se do princípio estabelecido no número anterior, a privação da liberdade, pelo tempo e nas condições determinadas na lei, (...) detenção ou prisão preventiva por fortes indícios da prática de crime doloso a que corresponda pena de prisão, cujo limite máximo seja superior a três anos, quando outras medidas cautelares se mostrem insuficientes ou inadequadas”*.

A prisão preventiva tem natureza excecional, pelo que não pode ser decretada nem mantida sempre que possa ser aplicada caução ou outra medida mais favorável prevista na lei. Sendo a prisão preventiva uma medida de coação que incide sobre uma das principais liberdades garantidas pela Lei Fundamental, a sua aplicação deve fazer-se com o mínimo de prejuízo possível em relação aos direitos do arguido.

É a natureza excecional da prisão preventiva que justifica que nos termos da Lei Processual Penal a sua decretação seja rodeada de uma série de garantias, critérios e mediante pressupostos materiais e formais, como se indicará adiante.

Enquanto medida cautelar intraprocessual que se traduz no recolhimento do arguido em espaços fechados e vigiados, quando ainda goza da presunção de inocência, obviamente afeta a sua liberdade de movimentação e restringe a garantia que lhe é constitucionalmente assegurada pela presunção de inocência.

Portanto, a sua imposição só se justifica quando se demonstra que tal medida seja necessária para a salvaguarda de outros direitos constitucionalmente protegidos, bem como pela necessidade de proteger relevantes interesses constitucionalmente considerados, como por exemplo o de se poder levar a bom termo a investigação criminal com vista à realização da justiça que é em si uma tarefa do Estado.

Como medida de coação da *última ratio* encontra-se constitucionalmente protegida temporalmente pela norma do n.º 4 do artigo 31.º da Constituição, ao estabelecer que “*a prisão preventiva está sujeita aos prazos estabelecidos na lei, não podendo, em caso algum, ser superior a trinta e seis meses, contados a partir da data da detenção ou captura, nos termos da lei.*”

Por conseguinte, a sua duração não pode ultrapassar os limites constitucionais e legais, nem pode ser confundida com a antecipação da pena, sob pena de se violar o princípio da presunção de inocência.

**3.** O direito à presunção de inocência está associado ao direito à liberdade, e que se assenta, em última instância, no próprio princípio da dignidade da pessoa humana, conforme o tratamento que já lhe tinha sido reservado por este Tribunal Constitucional através do Acórdão n.º 29/2017, de 28 dezembro: “*aqui está plasmado um princípio do direito processual penal que foi elevado à categoria de direito fundamental. A presunção de inocência do arguido traduz-se numa regra de tratamento a dispensar ao arguido ao longo do processo, conferindo-lhe um estatuto de sujeito livre que lhe permite ser tratado como inocente, não obstante a existência de medidas cautelares, as quais devem respeitar escrupulosamente o disposto no n.º 5 do artigo 17.º da CRCV. A presunção de inocência é uma garantia do direito à liberdade que emerge da dignidade da pessoa humana*”.

O regime dos direitos, liberdades e garantias a que permanentemente se recorre ao longo da fundamentação do presente aresto e, de que é tributária a presunção de inocência do arguido enquanto garante do seu direito à liberdade sobre o corpo, determina que nas operações

típicas de harmonização com outros direitos e com interesses públicos relevantes, seja tida em consideração tanto pelo legislador ordinário como pelos demais órgãos do Estado, especialmente aqueles a quem incumbe o dever de interpretar e aplicar normas ordinárias conexas com as que se reportam aos direitos, liberdades e garantias, como são os tribunais. E isso decorre expressamente do princípio da subordinação dos atos de todos os poderes públicos à Constituição, na medida em que “*as normas constitucionais relativas aos direitos, liberdades e garantias vinculam todas as entidades públicas e privadas,*” conforme previsto no artigo 18.º da Lei Magna.

É certo que a intensidade da vinculação varia segundo a natureza pública ou privada das relações no âmbito das quais se devem fazer sentir o impacto dessas normas, não sendo difícil de se perceber que a obrigatoriedade de se vincular às suas determinações será muito mais forte no que concerne à primeira do que em relação à segunda. Veja-se, no mesmo sentido, o tratamento exaustivo desta matéria no Acórdão n.º 08/2018, de 25 de abril, publicado na I Série do BO n.º 25, de 2 de maio de 2018.

Com particular relevância para o caso em apreço é de se destacar a proteção que a Constituição assegura aos direitos, liberdades e garantias através da norma do número 2 do artigo 17.º, ao estatuir que “*a extensão e o conteúdo essencial das normas constitucionais relativas aos direitos, liberdades e garantias não podem ser restringidos pela via da interpretação*”. Pois, como se propõe demonstrar mais à frente, poderá estar em causa uma interpretação cujo resultado terá afetado ilegítima, ainda que fundamentadamente, o conteúdo essencial de um direito fundamental.

Em relação à proteção do conteúdo essencial das normas constitucionais relativas aos direitos, liberdades e garantias através da proibição da sua restrição por via interpretativa, o Tribunal Constitucional, através do Acórdão n.º 15/2017, de 26 de julho, votado por unanimidade, publicado Boletim Oficial I Série n.º 35, de 6 de junho de 2018, emitiu a seguinte orientação:

*“Esta orientação negativa de interpretação visa, na perspetiva de o legislador impedir a debilitação de normas de direitos, liberdades e garantias por via de operações hermenêuticas. É uma tentativa simbólica de evitar, no fundo, fraudes ao próprio sistema de proteção de direitos, vedando-se, sobretudo ao aplicador do direito, aquilo que nem sequer se permite ao legislador, ou seja, afetar-se um direito de modo desconforme ao que*

*se permite por meio dos números 4 e 5 do artigo 17, atribuindo-lhe um sentido manipulado ou instrumentalizado.*

*Embora seja muito pouco exequível a proteção total da extensão de direitos, liberdades e garantias da interpretação, havendo necessidade imperiosa de se o fazer, por exemplo para resolver problemas de colisão de direitos, o que o legislador está a vedar são interpretações manipuladoras do sentido real dos preceitos e do conteúdo das normas de direitos, liberdades e garantias com o objetivo de os enfraquecer e justificar decisões que, por si só, levam a afetações injustificadas de direitos, travestidas com uma roupagem de legitimidade constitucional.”*

**4.** Retoma-se aqui um dos efeitos do regime que governa os direitos, liberdades e garantias para, a um tempo, vincar o caráter restritivo das leis restritivas dos direitos, liberdades e garantias, e o dever constitucional de o legislador se vincular às normas sobre posições jurídicas subjetivas fundamentais quando leva a cabo operações típicas de harmonização com outros direitos e interesses públicos relevantes

No debate que teve lugar na Assembleia Nacional por ocasião da aprovação da Lei n.º 43/VI/2004, de 7 de junho, cujo prazo foi prorrogado pela Lei n.º 52/VI/2004, de 13 de dezembro, que concedeu autorização ao Governo para aprovar o novo Código de Processo Penal, documentado através da Ata da Reunião Plenária do dia 24 de abril de 2004, a então Ministra da Justiça, ao usar da palavra em nome do Governo, proponente daquela iniciativa legislativa de suma importância para a justiça nacional, enquadrou e fundamentou a proposta nos seguintes termos: “ *Garantir na prática os direitos dos cidadãos, posto que no Programa do Governo se reconhece que a Constituição de 92 é generosa na declaração de direitos, mas que há um fosso entre os direitos declarados e os concretizados. [...] O desafio das reformas da Justiça há-de ser sempre medido pelo impacto positivo na resposta às expectativas e às demandas do cidadão. Isso dito, Sr. Presidente, para enquadrar mais uma iniciativa do Governo no sentido de avançar com as reformas na Justiça. Uma iniciativa que é importante, na medida em que, vai mexer com áreas sensíveis que são do processo penal, concretizando injunções constitucionais, mas concretizando com o Código Penal aspectos fundamentais da Constituição que tocam com os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Quero, pois, com essa contextualização passar a apresentar a autorização legislativa para a aprovação do novo Código de Processo Penal. [...] Ora, para além de ser basicamente o Código do Processo Penal vigente um Código de inícios do século passado*

*que não pode reflectir os valores, os conceitos e a própria evolução dogmática de um direito processual penal moderno, o facto é que há já quase trinta anos sucedeu a independência do país, ocorreu, entretanto, uma mudança de regime político e entrou em vigor uma nova Constituição que institui um Estado de Direito e que define um conjunto de normas e princípios relativos ao processo criminal de imediata aplicabilidade uns e outros constituindo injunções ao legislador ordinário. Acresce a circunstância de se ter concluído no país uma reforma global da legislação penal substantiva, com a próxima entrada em vigor do novo Código Penal aprovado por Decreto Legislativo n.º 04/2003 de 18 de Novembro. Tal reforma norteada por um ideário político-criminal marcado pelos valores fundamentais consagrados na Lei Fundamental de Cabo Verde e sintonizada com os mais recentes ensinamentos e conquistas da dogmática jurídico-penal é por certo refractária à convivência com um Código do Processo Penal ultrapassado traduzido numa manta de retalhos como unanimemente o reconhece o corpo jurídico nacional e que contém orientações múltiplas e contraditórias do ponto de vista dos valores da modernidade.”*

**5.** Ainda no decorrer da apresentação da iniciativa legislativa de que resultou a aprovação da Lei que autorizou o Governo de Cabo Verde a adotar o novo Código de Processo Penal sintonizado com os novos princípios e valores condensados na Constituição de 1992, a Ministra responsável pela área da justiça justificou, no que concerne aos prazos de duração máxima das diferentes fases processuais quando haja arguidos presos, da seguinte forma:

*“Prazo de instrução que, no caso de haver arguido preso, poderá ser dilatado até o máximo de oito meses, por despacho fundamentado, tratando-se de crimes de especial complexidade, devido, nomeadamente, ao número de arguidos ou de ofendidos ou ao carácter altamente organizado do crime. No caso de ter havido recurso da aplicação da medida de prisão preventiva para o Tribunal Constitucional, os prazos atrás referidos serão acrescidos de mais seis meses.*

*Sr. Presidente, se me permitir, apenas queria traduzir rapidamente isto em detalhes. Dizer que o que se propõe é que o período que antecede a acusação, no período de instrução quando há preso preventivo que o prazo que precede à acusação deve ser fixado em quatro meses. Não havendo o arguido preso, esse prazo poderá ser alargado para 18 meses. Quer dizer para permitir uma investigação adequada, sendo certo que, em muitas situações, como sabe, estamos em termos de prova dependentes inclusive do exterior. Esse prazo de quatro meses havendo réu preso pode ser alargado até oito meses em casos complexos. Estamos a*

*pensar em droga, terrorismo, situações que exigem, digamos que são mais exigentes para as autoridades de investigação e prevê-se que findos esses prazos o processo é necessariamente arquivado.” (Cf. apresentação relativamente ao parágrafo 11 da proposta de Lei de Autorização Legislativa que permitiu ao Governo aprovar o novo CPP - Ata da Reunião Plenária do dia 24 de abril de 2004)*

6. O Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2005, de 7 de fevereiro, retomou o enquadramento e os propósitos da reforma que tinham sido apresentados pela Ministra da Justiça, conforme a transcrição da parte relevante da justificação de motivos:

*“Dentre as orientações contidas nessa autorização cumpre destacar a referente à necessidade de se dar corpo normativo ao princípio, hoje irrefragável, da presunção da inocência de todo o arguido ou acusado, enquanto não houver sentença judicial já transitada em julgado.*

*Princípio esse que arrasta outro, o do in dubio pro reo e, uns e outros, implicando uma estruturação diferente do processo penal, a começar desde logo, pela possibilitação máxima do contraditório e pelo direito a uma defesa eficaz para todos os sujeitos processuais.*

*Mas seguro de se seguir fielmente as instruções da delegação de legiferar que o Parlamento atribuiu ao Governo, o Código de Processo Penal que agora se aprova por intermédio do presente Decreto-Legislativo, preocupa-se em assegurar a concordância prática entre as finalidades ou interesses tendencialmente conflitantes na realização da justiça penal, quando se tem por certo a permanente existência de uma tensão dialéctica entre o interesse na descoberta da verdade e a punição exemplar e efectiva dos criminosos, por um lado, e o respeito pelos direitos fundamentais, por outro, sem olvidar a particular atenção que merece a vítima.*

*Assim, a descoberta da verdade penalmente relevante, sendo o desígnio das autoridades judiciais, sofre diversas compressões num processo penal democrático, onde se impõe claramente o princípio jurídico constitucional da proporcionalidade, vinculante em matéria de restrição de direitos fundamentais, conferindo que se deva obter a citada concordância prática dos interesses em colisão, traduzida numa mútua compressão por forma a atribuir a cada um a máxima eficácia possível.”*

O respeito pelos princípios e garantias processuais penais de natureza constitucional perpassa todo o Código e, principalmente, quando a regulamentação tende a afetar os direitos, liberdades e garantias do arguido, como facilmente se pode constatar pelo cuidado e rigor relativamente à definição dos pressupostos para a decretação da prisão preventiva enquanto medida de coação mais gravosa e de um modo geral, quando a medida incidir sobre o direito à liberdade sobre o corpo.

O artigo 1º do Código de Processo Penal densifica um dos mais importantes princípios processuais penais previstos no artigo 35.º da Constituição: *“Todo o arguido presume-se inocente até ao trânsito em julgado de sentença condenatória, devendo ser julgado no mais curto prazo compatível com as garantias de defesa.*

Nos termos do artigo 276.º do CPP, nenhuma medida de coação pessoal prevista no capítulo antecedente, à exceção do termo de identidade e de residência, poderá ser aplicada se não se verificar: a) *fuga ou perigo de fuga;* b) *perigo concreto e actual para a aquisição, conservação ou veracidade de prova que se mostre exigência específica e inderrogável para as investigações em curso;* c) *perigo em razão da natureza e das circunstâncias do crime ou da personalidade do arguido, de perturbação da ordem e da tranquilidade pública ou da continuação da actividade criminosa.*

Ao abrigo do artigo 279.º, a prisão preventiva extinguir-se-á quando, desde o seu início, tiverem decorrido os prazos previstos nesse preceito, todavia, não poderá, em caso algum, ser superior a trinta e seis meses a contar da data da detenção.

Durante a execução da prisão preventiva ou da obrigação de permanência na habitação, o juiz procederá oficiosamente, de três em três meses, ao reexame da subsistência dos seus pressupostos, decidindo pela sua manutenção, substituição ou revogação. (Cf. artigo 294.º)

No que concerne especificamente aos prazos de duração máxima das medidas de coação pessoal, no artigo 279.º do CPP, prevê-se um prazo máximo para a duração da prisão preventiva em relação a cada momento processual e, exceccionalmente, permite-se que o prazo máximo possa ser elevado nas situações criteriosamente indicadas no n.º 2, ou seja, os prazos referidos no número antecedente poderão ser elevados, respetivamente, até seis, doze, dezoito, vinte e quatro e trinta meses quando o processo tiver por objeto crime punível com pena de prisão cujo limite máximo seja superior a oito anos e se revelar de especial

complexidade, devido, nomeadamente, ao número de arguidos ou de ofendidos ou ao carácter altamente organizado do crime.

7. Antes de apreciar a alegada violação do direito à liberdade sobre o corpo na sequência da elevação do prazo de prisão preventiva, importa recortar a conduta alegadamente violadora desse mesmo direito imputada ao Venerando Coletivo da Seção Criminal do Supremo Tribunal de Justiça.

O Senhor Arlindo Teixeira foi detido em 31 de julho de 2015, conforme o auto de detenção constante dos autos do recurso de Amparo nº 3/2017, tendo-lhe sido decretada a prisão preventiva, na sequência do primeiro interrogatório do arguido detido;

A primeira elevação do prazo de prisão preventiva de 22 para 24 meses, ocorreu em 25 de maio de 2017, conforme o despacho manuscrito proferido pela Senhora Juíza Conselheira-Relatora: *“Nos presentes autos, o arguido Arlindo dos Reis Teixeira foi acusado e pronunciado por um crime de homicídio p.p pelo art.º 122.º do CP.*

*Não se conformando com a sentença que o condenou na pena de onze (11) anos de prisão e em duzentos e cinquenta mil escudos (250.000\$00) de indemnização ao filho e á companheira marital da vítima, recorreu o arguido para o STJ pedindo a revogação da decisão e a sua absolvição do crime e do pedido cível.*

*Considerando a extensão das alegações e a diversidade das questões nelas suscitadas, o presente processo apresenta-se de especial complexidade, pelo que prorrogo o prazo da prisão preventiva para vinte e quatro (24) meses, nos termos do art.º 279, n.º 2 do CPP. Notificações necessárias.”*

A segunda elevação do prazo de prisão preventiva de 24 para 28, meses, resultou do Acórdão nº 51/2017, de 28 de julho, cuja fundamentação se passa a transcrever:

*“O arguido, pelo requerimento de fls. 1255 a 1311, veio arguir a nulidade do acórdão, suscitar inconstitucionalidades e aclaração da decisão naquilo que diz serem ambiguidades, obscuridade e omissões.*

*Trata-se, como se pode ver, até pela extensão do requerimento apresentado, de questões que demandam, aliás como sempre, a devida ponderação deste Tribunal.*



*Ora, considerando que o arguido está em regime de prisão preventiva cujo prazo, ainda que elevado, está prestes a terminar, devido à complexidade do processo, que aliás se mantém, como comprova a reclamação ora apresentada.*

*Tendo ainda em consideração que os indícios do crime, que já se mostravam reforçados com a prolação da sentença condenatória em primeira instância, se confirma com a prolação do acórdão, sendo certo que nos crimes de homicídio voluntário, como indiciam os autos, dada a sua gravidade e o seu impacto na comunidade, a soltura do arguido é susceptível de gerar alarme social, sem falar no risco efectivo de fuga, como já foi devidamente ponderado anteriormente, justifica-se, nos termos do art 279 n.º 2 do Código de Processo Penal, a elevação do prazo de prisão preventiva por forma a que se aprecie e decida as questões ora suscitadas.*

*Assim, acordam os Juízes do Supremo Tribunal de Justiça em elevar o prazo de prisão preventiva do arguido para 28 (vinte e oito) meses.”*

Foi, portanto, contra esse Acórdão que, na verdade, absorveu a fundamentação vertida no despacho proferido pela Senhora Juíza Conselheira-Relatora e decidiu prorrogar o prazo de prisão preventiva a que o arguido se encontrava sujeito, pela segunda vez, é que se interpôs o presente recurso de amparo, rogando ao “*Tribunal Constitucional que, ao abrigo do disposto nos Artigos 11.º e 14.º da Lei do Amparo Constitucional, (...) 2. Decrete a imediata libertação do Arguido Arlindo Teixeira em virtude do seu Direito Fundamental à Liberdade estar a ser violado pelo Supremo Tribunal de Justiça, posto que nem a primeira elevação do prazo de prisão preventiva operada pelo Despacho da Sr.ª Venerando Juíza Relatora, nem a segunda elevação do prazo operada pelo Acórdão n.º 51/2017, de 28 de julho, preenchem os requisitos estatuídos no n.º 3 do artigo 279.º do CPP.*”

Para tanto alegou-se, em síntese, que o processo no âmbito do qual foram prorrogados os prazos máximos de prisão preventiva, contrariamente ao que resulta do despacho e daquele Acórdão do STJ, não se reveste de especial complexidade, porquanto não se verificam os pressupostos legais para que um processo seja considerado de especial complexidade, nos termos do n.º 2 do artigo 279.º do CPP.

8. É, pois, chegado o momento de verificar se a interpretação adotada pela Seção Criminal do Egrégio Supremo Tribunal de Justiça se mostra conforme com as diretrizes que emanam de normas relativas aos direitos, liberdades e garantias aplicáveis.

Parece, pois, pertinente chamar à colação o entendimento desta Corte sobre a interpretação de normas ordinárias que conservam ou mantêm uma estreita conexão com normas relativas aos direitos, liberdades e garantias, nomeadamente, através do Acórdão n.º 27/2017, de 14 de dezembro, publicado no Boletim Oficial I Série, n.º 82, de 29 de dezembro de 2018, em que se debruçou sobre a hermenêutica constitucional, tendo fixado uma orientação interpretativa que se pode aplicar ao caso em apreço.

Sinteticamente, aquele aresto considerou que:

*O artigo 9.º do Código Civil condensa regras sobre a interpretação de normas jurídicas e é, por isso, considerado a base ou princípio geral do direito aplicável ao direito privado, mas também ao direito público.*

*Interpretar normas ordinárias conexas com normas constitucionais relativas a direitos, liberdades e garantias significa compreender o conteúdo semântico dos enunciados linguísticos que formam o texto legal. Quando se trata, como no caso vertente, de normas processuais penais, que pelas suas naturezas garantísticas, são consideradas normas para-constitucionais, algumas particularidades da interpretação constitucional também lhes são aplicáveis.*

*É pacífico que o intérprete, na tarefa de desvendar o verdadeiro sentido e alcance de qualquer norma, incluindo as normas constitucionais, deve socorrer-se da conjugação de diversos elementos de interpretação, começando naturalmente pela análise cuidadosa do texto legislativo, as palavras da lei, e, a partir desse quadro verbal, procurar dele extrair um sentido ou significado, fazendo assim, à partida, o que os autores chamam de interpretação literal ou gramatical do texto.*

*E se determinado texto comportar apenas um sentido, em princípio, é esse o sentido com que ele deve valer. Todavia, se do enunciado ôntico se poder extrair mais do que um sentido, prevalece o sentido que se mostra mais conforme com a Constituição.*

*Daqui resulta para a interpretação gramatical ou literal uma primeira função muito importante, de natureza negativa, eliminadora ou seccionadora, qual seja a de, em princípio, eliminar dos sentidos possíveis todos aqueles que, de qualquer modo, exorbitam do texto legislativo.*

*Mas o alcance e o peso da interpretação literal ou gramatical no quadro da problemática da interpretação dos textos legais vai ainda mais além. Quanto aos textos que comportam mais do que um sentido, naturalmente que nem todos esses sentidos recebem o mesmo apoio. Uns caberão dentro da letra da lei com mais largueza do que outros. E aí haverá que evitar as chamadas interpretações forçadas, e fazer opções, recorrendo a outros elementos de interpretação.*

*Terão então cabimento a consideração ponderada do elemento racional da norma (ratio legis), tendente a descortinar qual a verdadeira intencionalidade do preceito. Quais as situações reais, que relações sociais e jurídicas pretende ela regular, com que propósito, que interesse ou interesses pretende proteger.*

*A par disso importará também indagar e ter em conta as circunstâncias históricas, políticas, sociais, económicas e religiosas em que a norma foi elaborada.*

*Caberá ainda considerar o elemento sistemático, pois que a lei interpretanda é necessariamente um elemento de um sistema dominado por certos princípios fundamentais unificadores e disciplinadores, sendo por isso necessário integrar a norma no sistema de que ela faz parte, e entendê-la de harmonia com esse mesmo sistema.*

*Deverá ainda recorrer-se ao elemento histórico, que compreende de um modo geral todos os materiais relacionados com a feitura da norma, a sua história e sua génese, materiais esses que lançam muitas vezes ou podem lançar alguma luz sobre o seu sentido e alcance decisivos.*

*Em sede de interpretação de leis, incluindo aqui a Lei Fundamental, deve o intérprete presumir sempre que o legislador soube exprimir o seu pensamento com rigor e em termos adequados.*

*O âmbito de liberdade de interpretação do aplicador-concretizador das normas para-constitucionais, como no caso em apreço, tem o texto da norma como limite.”*

9. Apesar de argumentação usada pelas entidades judiciais que elevaram o prazo se sustentar na “*extensão das alegações e a diversidade de questões nela suscitadas,*” em relação ao despacho de elevação proferido pela Veneranda Juíza Conselheira-Relatora, em 25 de maio de 2017, desde a subida do recurso impugnando a sentença condenatória até 25 de maio, data do despacho de elevação da prisão preventiva não foram suscitadas quaisquer incidentes processuais, muito menos incidentes anómalos que pudessem turbar o normal desenvolvimento dessa etapa processual.

É bem verdade que se tratava de recurso de cerca de 100 páginas, mas, na realidade, se ainda é discutível que o lançamento de incidentes anómalos ou excessivos pode causar uma situação de especial complexidade processual, o facto é que o mesmo não pode ser dito da extensão das alegações e da diversidade de questões suscitadas, sobretudo se pensarmos que estamos perante juízes experimentados, de carreira e que, do ponto de vista jurídico, ascendem por mérito. E mesmo que assim fosse, com um acervo formado por cerca de dezena de factos, muitos dos quais não controvertidos, e com a necessidade de interpretar quando muito três questões de direito haveria, do ponto de vista material, tal diversidade indutora de dificuldades especiais de que se socorre.

Aliás, o Acórdão n.º 8/2018 havia considerado que o arguido Arlindo Teixeira tinha interposto um número muito acentuado de recursos, notando-se uma evidente atividade dirigida ao tribunal de recurso e podendo até estar no limite do que seria razoável, mas muito dificilmente se podia dizer que, naquele momento, já havia ultrapassado o que ele, legitimamente, através do seu mandatário, podia fazer para proteger um dos seus bens jurídicos mais preciosos, a liberdade do seu corpo.

A segunda elevação é igualmente de duvidosa compatibilidade com a garantia da presunção da inocência e acaba por incorrer num arrazoado a todos os títulos incompatível com o modelo de proteção de direitos que temos entre nós. Isso em duas dimensões:

Primeiro, com base num procedimento que subverte a lógica do processo penal no que toca ao regime da prisão preventiva, repescando pressupostos para a sua decretação ou reexame para justificar as bases de sua elevação, ato, se assim podemos gradar, ainda mais grave, porque no fundo sempre que isso é feito representa a adoção de uma medida de coação privativa da liberdade sobre o corpo sobre outra anteriormente adotada, com todos os efeitos que isso ocasiona em relação ao arguido, nomeadamente, por ser executada em doses

homeopáticas e sistemáticas num momento em que a pessoa está numa situação em que anseia angustiada pela restituição da sua liberdade ou, pelo menos, pelo termo do processo.

Segundo, porque, a justificação é francamente incompatível com o modelo de comunidade política de pessoas livres em que nós escolhemos viver. Ou seja, dizer que uma pessoa pode ser mantida em cativeiro público por meio da elevação de uma medida de coação desta natureza porque a sua soltura é suscetível de gerar alarme social, não é aceitável, designadamente pelos efeitos generalizados que isso pode ter de submissão da pessoa aos humores da maioria ou da sociedade, aos sentimentos de repulsa que possam causar, na medida em que o indivíduo é colocado como um mero instrumento que o Estado pode usar para aplacar as emoções sociais, atingindo a própria dignidade da pessoa humana. Por outro lado, usar esse argumento para manter um cidadão em prisão preventiva, quando a ordem jurídica coloca à disposição das autoridades públicas tantas medidas legítimas que podem ser adotadas, não se afigura compatível com o princípio da proporcionalidade.

#### **10. Interpretação e aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 279.º do CPP**

De facto, a prorrogação do prazo de prisão preventiva está condicionada à verificação cumulativa dos seguintes pressupostos: Tratar-se de processo cujo crime punível com pena de prisão de limite máximo superior a oito anos e se revelar de especial complexidade, devido, nomeadamente, ao número de arguidos ou de ofendidos ou carácter altamente organizado do crime.

Relativamente aos prazos máximos totais e reportados aos diferentes momentos processuais, o artigo 279.º do CPP previu as seguintes distintas situações: a primeira consubstancia a situação-regra (n.º 1 do artigo 279.º); a segunda, traduzida numa elevação dos prazos-regra para os limites apontados, quando o processo tiver por objeto crime punível com pena de prisão cujo limite máximo seja superior a oito anos e se revelar de especial complexidade, devido, nomeadamente ao número de arguidos ou de ofendidos ou ao carácter altamente organizado do crime; finalmente, a terceira, traduzida na possibilidade de acréscimo em seis meses dos prazos referidos nas alíneas *c)* e *d)* do n.º 1, bem como os correspondentemente referidos no n.º 2, se tiver havido recurso para o Tribunal Constitucional ou o processo penal tiver sido suspenso para julgamento em separado de questão prejudicial.

No que tange à segunda situação, muito relevante para o caso em análise, a possibilidade de alargamento dos prazos de prisão preventiva é, dogmaticamente, aceitável, tendo em conta que a investigação dos crimes mais graves demanda mais tempo e a sua complexidade podem justificar uma restrição um pouco mais intensa dos direitos que se conflituam com a necessidade da realização da justiça na perspetiva da descoberta da verdade material, sempre no quadro das garantias constitucionais.

Ao admitir essa restrição, a lei exige que se faça constar da decisão que autoriza a elevação do prazo de prisão preventiva uma fundamentação materialmente consistente da verificação dos suprarreferidos pressupostos, conforme resulta cristalino do disposto no n.º 3 do artigo 279.º do CPP: “*A elevação dos prazos prevista no número antecedente deverá ser decidida pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou oficiosamente, consoante a fase de processo em causa, devendo ser sempre particularmente motivados o requerimento e a decisão.*”

A norma do n.º 2 do artigo 279.º do CPP refere-se a um conceito relativamente indeterminado (especial complexidade), o qual, apesar do círculo de referências apresentadas pelo legislador, carece de interpretação conforme com a Constituição.

Para a integração do conceito, indica o legislador, a título de exemplo, como é função do advérbio nomeadamente, alguns tópicos.

A excecional complexidade será revelada, «*nomeadamente, pelo número de arguidos ou ofendidos ou pelo carácter altamente organizado do crime*».

Não se pode perder de vista a finalidade do mecanismo de elevação do prazo de prisão preventiva extraída da Ata da Assembleia e as circunstâncias em que tal instituto pode ser acionado.

Reportando-se às declarações da proponente da Lei que concedeu autorização para que o Governo aprovasse o novo Código de Processo Penal, à qual se atribui grande importância como auxiliar de interpretação do preceito em análise: “*Esse prazo de quatro meses havendo réu preso pode ser alargado até oito meses em casos complexos. Estamos a pensar em droga, terrorismo, situações que exigem, digamos que são mais exigentes para as autoridades de investigação e prevê-se que findos esses prazos o processo é necessariamente arquivado.*”

A interpretação do conceito de especial complexidade exige, assim, uma criteriosa ponderação sobre os elementos da concreta configuração processual.

Tudo indica que o espaço hermenêutico que se permite ao intérprete da norma do n.º 2 do artigo 279.º do CPP comporta uma dimensão real, concreta e objetiva. Tudo para não alargar além do que seja constitucionalmente permitido em termos de restrição do direito à presunção de inocência como garantia do direito à liberdade sobre o corpo.

Nesse sentido, veja-se o seguinte trecho do Acórdão n.º 555/2008, de 19 de novembro de 2008, proferido pelo Tribunal Constitucional luso e que se encontra publicado na sua respetiva página Web: *”a excepcional complexidade constitui, no rigor, uma noção que apenas assume sentido quanto avaliada na perspectiva do processo, considerado não nas incidências estritamente jurídico-processuais, mas na dimensão factual de procedimento enquanto sequência e conjunto de actos e revelação externa e interna de acrescidas dificuldades de investigação, composição e sequência com refacção nos termos e nos tempos do procedimento.*

*A decisão sobre a verificação da excepcional complexidade não depende, pois, da aplicação da lei a factos e da integração de elementos compostos com dimensão normativa, nem está tributária da interpretação de normas.*

*O juízo sobre a complexidade assume-se, assim, como juízo prudencial, de razoabilidade, de critério da justa medida na apreciação e avaliação das dificuldades suscitadas pelo procedimento. Mas, dificuldades do procedimento e não estritamente do processo; as questões de interpretação e de aplicação da lei, por mais intensas e complexas, não atingem a noção.*

*As dificuldades de investigações (técnicas, com intensa utilização dos *leges artis* da investigação), o número de intervenientes processuais, a deslocalização dos actos, as contingências procedimentais provenientes das intervenções dos sujeitos processuais, a intensidade de utilização dos meios, tudo serão elementos a considerar, no prudente critério do juiz, para determinar que um determinado procedimento apresenta, no conjunto ou, parcelarmente, em alguma das suas fases, uma especial complexidade com o sentido, essencialmente de natureza factual, que a noção funcionalmente assume no artigo 215, n.º 3 do CPP.*

*Esta declaração deve fundar-se em factores objectivos que coloquem uma dificuldade adicional, acrescida, de natureza excepcional, ao juiz, não sendo por isso suficientes factores de natureza subjectiva.”*

A Seção Criminal do Supremo Tribunal de Justiça, no âmbito do Acórdão 73/2017, de 21 de novembro, ao decidir a reclamação apresentada na sequência de sucessivas elevações do prazo de prisão preventiva, considerou que o reclamante havia laborado em erro de interpretação, advogando que *“o advérbio nomeadamente está inserido nessa disposição acima transcrita precisamente para deixar bem claro, como aliás têm assinalado a Doutrina e a Jurisprudência, que para além dessas circunstâncias expressamente mencionadas a título meramente exemplificativo, podem existir outras a justificar a declaração da especial complexidade do processo. Isso significa que em se invocando qualquer outra razão plausível, para se declarar o processo de especial complexidade, como aconteceu no caso em apreço, o problema deixará de ser da ausência de fundamentação, mas sim do mérito da fundamentação.”*

Do ponto de vista dogmático, não se nos oferece qualquer reserva em aceitar que o legislador empregue o advérbio *nomeadamente* na redação da norma do n.º 2 do artigo 279.º do CPP. Trata-se, aliás, de uma técnica conhecida por exemplos-padrão a que se recorre com certa frequência para delimitar, concretizar ou determinar o critério generalizador relativamente a tipos penais ou circunstâncias qualificativas com alguma elasticidade ou abertura, para evitar que a norma seja considerada inconstitucional, designadamente, por violação do princípio da tipicidade que governa a descrição das condutas criminosas. Essa técnica, que também se utiliza em algumas situações processuais penais, visa, a um tempo, reduzir a margem de discricionariedade no preenchimento do critério generalizador (especial complexidade) e permitir que eventuais figuras atípicas possam ser incorporadas no conceito desde que similares aos exemplos-padrão, no que diz respeito ao seu impacto sobre o tempo do processo.

Por conseguinte, os três exemplos indicados no preceito em apreço não são meramente exemplificativos.

Em abstrato, as questões associadas à interpretação e aplicação do direito, ainda que demandem um trabalho árduo, como é normal em qualquer processo hermenêutico, não



foram erigidas como dificuldades que integrem a especial complexidade do processo, pelo que não constituem motivo ou fundamento para a elevação dos prazos de prisão preventiva.

Por conseguinte, estava-se perante um processo cujo crime tem características comuns. Tratava-se de um processo com um único arguido acusado da prática de um único crime de homicídio simples, crime esse que os tribunais cabo-verdianos estão habituados a julgar, e aparentemente sem qualquer dificuldade particular, nem nada que pudesse ser considerado de especial complexidade. Não havia razão para a elevação do prazo da prisão preventiva.

Portanto, a alegada extensão das alegações e a diversidade das questões jurídicas suscitadas não podem ser consideradas, para efeito da elevação do prazo de prisão preventiva, como situações atípicas que se incorporam nos exemplos-padrão previstos no n.º 2 do artigo 279.º do CPP.

**11.** De todo o exposto, resulta com nitidez que tanto a Constituição como a lei conceberam a prisão preventiva como uma medida cautelar - pois ela não tem caráter de pena, sendo justificada pela necessidade de garantir determinados fins de natureza estritamente excecional, subsidiária, colocando na apreciação prudencial do juiz a necessidade da sua utilização, indicando, todavia, com muita precisão os pressupostos que deverão condicionar a respetiva decisão.

Como, porém, a prisão preventiva restringe a liberdade individual, há que rodear a sua aplicação e extensão de todas as garantias, estabelecendo requisitos que devem ser escrupulosamente respeitados. Se é certo que a comunidade não pode tolerar que um indivíduo utilize um bem que lhe é socialmente garantido - a liberdade - para contrariar as regras e valores dessa comunidade, não é menos certo que o recurso às medidas de coação, nomeadamente, a prisão preventiva, tem de respeitar, como se tem afirmado, os princípios da necessidade, adequação, proporcionalidade.

É que o princípio constitucional da presunção de inocência do arguido até ao trânsito em julgado da sentença condenatória é um direito e uma garantia fundamental do mesmo, não se compaginando com qualquer interpretação mais ou menos gradualista de tal presunção, de tal modo que essa presunção se iria relativizando conforme a fase processual que se fosse atingindo, esbatendo-se até desaparecer com a decisão condenatória do Egrégio Supremo

Tribunal de Justiça, mesmo que esta decisão tivesse ainda a possibilidade de reformulação em consequência de recurso para o Tribunal Constitucional.

Acresce que, a não se entender assim, então a prisão preventiva enquanto medida cautelar com as finalidades e as condições de aplicação referidas vê desvirtuados tais elementos, na medida em que passa a ser "expição antecipada da pena" ou mesmo já cumprimento da pena, o que é inadmissível face ao regime constitucional da prisão preventiva, pois representa uma perversão da função processual e do caráter excecional e subsidiário da medida de coação em análise.

**12.** É claro que se estava em face de um caso concreto onde a conexão entre normas constitucionais relativas aos direitos, liberdades e garantias com a norma processual penal aplicada é evidente, pelo que na operação hermenêutica que se efetuou não se podia desprezar as determinantes constitucionais.

Tendo a Constituição da República de Cabo Verde consagrado um conjunto de princípios que indubitavelmente tiveram impacto na concreta conformação do nosso processo penal e, sendo o processo penal considerado direito constitucional aplicado, dificilmente se pode negar amparo a quem tenha visto os seus direitos fundamentais vulnerados pela interpretação e aplicação de normas ordinárias conexas, sem que tenham sido levado em consideração as condicionantes do regime específico dos direitos, liberdades e garantias.

O Tribunal *a quo* dispunha de espaço hermenêutico que lhe permitia adotar uma interpretação conforme com a Constituição.

Todavia, ao perfilhar uma interpretação que amplia ilegitimamente as situações em que se pode elevar o prazo máximo de prisão preventiva, decidiu em violação ao disposto nos artigos 29.º, 30.º, 35º, nº 1, da Constituição da República.

Na arbitragem entre a liberdade sobre o corpo e o interesse público na realização da justiça penal, o legislador constitucional estabeleceu referências claras relativamente à prevalência, ainda que não seja de caráter absoluto, das liberdades sobre os interesse públicos, o que significa que, se dúvida houvesse sobre o sentido a atribuir à norma com base na qual foi prorrogado o prazo de prisão preventiva, então, seguramente, seria aconselhável adotar o aforismo (*in dubio pro libertate*), ou seja, as liberdades devem prevalecer sobre as restrições

e as leis restritivas devem ser interpretadas, senão restritivamente, pelo menos sem recurso à interpretação extensiva e à analogia.

O Tribunal Constitucional, através do Acórdão n.º 8/2018, de 02 de maio, reiterou que “o direito à liberdade sobre o corpo, um direito que, apesar de tudo - até porque o legislador constituinte qualifica-o de inviolável, nos termos do artigo 29 da Lei Fundamental - pode ser objeto de restrições, nomeadamente quando estão em causa as situações previstas pelo artigo 30, número 3, da Lei Fundamental da República. [...] A forma de construção do artigo 30, quase em homenagem ao “l’homme est nait libre et partout il est dans le fer” (liv. I, cap. I) de Rousseau, *Du Contrat Social* ou, *Principes du Droit Politique* in: *Écrits Politiques*, Paris, Gallimard, 1964, pp. 347-469, é inequívoca no sentido de que a condição natural do ser humano é de liberdade. Razão pela qual a construção normativa do preceito que representa o direito reflete esta precedência inevitável, declarando no primeiro parágrafo que “Todos têm direito à liberdade (...)” e dedicando, de forma irrepetida em relação a outros direitos, um conjunto de garantias materiais e processuais destinadas precisamente a reforçar o seu nível de proteção e a assegurar que a privação da liberdade natural das pessoas é sempre muito excecional e somente pode acontecer em situações muito limitadas, suficientemente graves e depois de um devido processo legal.

Assim, apenas admitindo afetações à mesma em situações muito especiais, daí construir-se a disposição pela negativa ao começar-se o parágrafo seguinte (“Ninguém pode ser total ou parcialmente privado da liberdade, a não ser em consequência de sentença de sentença judicial condenatória pela prática de atos puníveis por lei com pena de prisão ou de aplicação judicial de medida de segurança prevista na lei”); e, sem embargo de contemplar outras exceções, atendendo que também estabelece que “exceção-se do princípio estabelecido no número anterior, a privação da liberdade, pelo tempo e nas condições determinadas na lei, num dos casos seguintes (...)”.

Portanto, pela sua inserção sistemática, mas, especialmente, pelas garantias que lhes são constitucionalmente associadas, o direito à liberdade, no confronto ou tensão com relevantes interesses públicos, nomeadamente, o da realização da justiça penal, tem precedência e na dúvida prevalece sobre aqueles.

Já no Acórdão n.º 29/2017, de 28 dezembro, a Corte das Liberdades tinha afirmado que a presunção de inocência confere ao arguido um estatuto de sujeito livre: “Nos termos do nº 1

*do artigo 35º da Constituição «todo o arguido presume-se inocente até ao trânsito em julgado de sentença condenatória, devendo ser julgado no mais curto prazo compatível com as garantias de defesa». Aqui está plasmado um princípio do direito processual penal que foi elevado à categoria de direito fundamental. A presunção de inocência do arguido traduz-se numa regra de tratamento a dispensar ao arguido ao longo do processo, conferindo-lhe um estatuto de sujeito livre que lhe permite ser tratado como inocente, não obstante a existência de medidas cautelares, as quais devem respeitar escrupulosamente o disposto no disposto no n.º 5 do artigo 17.º da CRCV. A presunção de inocência é uma garantia do direito à liberdade que emerge da dignidade da pessoa humana. Aliás, há que reconhecer que «a dignidade da pessoa humana está na base e constitui a referência valorativa de todos os direitos fundamentais.»*

**13.** O sentido com que a norma do n.º 2 do artigo 279.º do CPP foi aplicado dificilmente superará o exame de conformidade com a Constituição.

Em situações idênticas, designadamente aquelas constatadas no âmbito dos Acórdãos n.º 10/2018, de 03 de maio, publicado na I Série do BO n.º 35, de 6 de junho de 2018, e n.º 22/2018, de 11 de outubro, publicado na I Série do BO I S n.º 76 de 22 de novembro de 2018, o Tribunal Constitucional fixou a seguinte jurisprudência:

*“A norma do n.º 2 do artigo 72.º do EDAAP foi aplicada no sentido hermenêutico segundo o qual o decisor somente está vinculado aos factos dados por provados e descritos na acusação e não à qualificação jurídica dos mesmos, podendo alterá-la sem antes conceder ao arguido a oportunidade de exercer ampla defesa nos termos constitucionais.*

*Se em relação à norma em si não se pode afirmar que ela seja inconstitucional, já no que diz respeito ao sentido com que foi aplicada existe forte probabilidade de ser reconhecido como inconstitucional, pela potencial violação do direito de audiência e de defesa consagrados no n.º 7 do artigo 35.º da CRCV, tendo designadamente em conta os efeitos irradiadores e a máxima efetividade das normas sobre direitos, liberdades e garantias.*

*Assim, e ao abrigo da norma do n.º 3 do artigo 25 da Lei do Amparo e Habeas Corpus, que estabelece que “se o Tribunal reconhecer que o ato ou omissão objeto de recurso foram praticados por determinação ou em cumprimento de uma norma jurídica ou de resolução de conteúdo normativo individual e concreto inconstitucional ou ilegal, deverá o acórdão*

*ordenar a remessa do processo para o Procurador-geral da República para a fiscalização sucessiva e concreta da constitucionalidade da referida norma ou resolução”, o Coletivo, depois de reconhecer que o Acórdão recorrido foi proferido com base em norma em relação a qual existe forte probabilidade de vir a ser declarada inconstitucional, não pode furtar-se à injunção que implica a remessa do processo ao Senhor Procurador-Geral da República para a fiscalização sucessiva e concreta da constitucionalidade da norma aplicada.*

*O objeto da fiscalização sucessiva e concreta é a norma na sua aceção mais ampla, ou seja, a norma em si e o sentido com que foi aplicada no caso concreto, atento o disposto no n.º 2 do artigo 93.º da Lei n.º 56/VI/2005, de 28 de fevereiro, nos termos do qual “no caso de o juízo de constitucionalidade ou de legalidade sobre a norma que a decisão recorrida tiver aplicado, ou a que tiver recusado aplicação, se fundar em determinada interpretação da mesma lei, este deve ser aplicada com tal interpretação no processo em causa.”*

*Através do recurso de amparo, que é um meio privilegiado de proteção de direitos, liberdades e garantias, o Tribunal Constitucional, que é também, por excelência, órgão de Proteção da Constituição e do Sistema Objetivo de Proteção de Direitos, mediante impulso de um outro órgão, pode fiscalizar, em processo próprio, a constitucionalidade de uma norma aplicada num caso concreto e declarar a sua inconstitucionalidade com o consequente expurgo do ordenamento jurídico cabo-verdiano, atento o disposto no n.º 1 do artigo 284.º da Constituição: “os Acórdãos do Tribunal Constitucional que tenham por objeto a fiscalização da constitucionalidade ou ilegalidade, qualquer que tenha sido o processo em que hajam sido proferidos, têm força obrigatória geral.”*

Acontece, porém, que o recorrente interpôs recurso de fiscalização sucessiva e concreta da constitucionalidade, o qual foi registado sob o n.º 02/2017 e no âmbito do qual solicitou a declaração da inconstitucionalidade do sentido interpretativo com que a norma do n.º 2 do artigo 279.º do CPP foi aplicado, por violação do direito fundamental à Liberdade previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 30.º e n.ºs 1, 2, e 4 do artigo 31.º da Constituição da República de cabo Verde.

Não fosse a pendência desse processo, os autos do recurso de amparo n.º 7/2017 seriam remetidos a Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República para que promovesse a fiscalização sucessiva e concreta da constitucionalidade da referida norma.

### III – Decisão

Pelo exposto, os juízes conselheiros do Tribunal Constitucional decidem:

- a) Precedendo requerimento do recorrente, não se pronunciar sobre o pedido relativamente à colocação do recorrente em liberdade, por inutilidade decorrente da superveniência do Acórdão n.º 8/2018, de 25 de abril;
- b) Considerar improcedente a reclamação contendo pedido de declaração da nulidade parcial do Acórdão n.º 24/2017, de 09 de novembro;
- c) que houve violação do direito à liberdade sobre o corpo pela sucessiva elevação do prazo de prisão preventiva sem ter em conta a natureza restritiva da norma do n.º 2 do artigo 279.º do CCP e, designadamente, o disposto no n.º 2 do artigo 17.º da Constituição da República.

Praia, 29 de novembro de 2018

*João Pinto Semedo* (Relator)

*Aristides Raimundo Lima*

*José Pina Delgado*

**ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, na Praia, aos 20 de dezembro de 2018.

O Secretário,

*João Borges*